

## APRESENTAÇÃO: “DIREITA VOLVER: O QUE RESTA DAS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA?”

*Carlos S. Arturi*<sup>1</sup>

*Camila Tribess*<sup>2</sup>

*Carlos Artur Gallo*<sup>3</sup>

Caros leitores!

Ao elaborarmos a proposta de dossiê para a Revista Eletrônica de Ciência Política – RECP, tínhamos em mente um objetivo bastante específico: ajudar a promover o debate e a reflexão, por parte dos jovens pesquisadores da Ciência Política e de áreas afins, sobre o impacto que os regimes autoritários vivenciados na América Latina na segunda metade do século XX possuem no cenário político atual. Se parece evidente que as diversas ditaduras instaladas pelo continente latino-americano repercutiram, além de suas durações, nas formas de organização política, social, cultural e econômica dessas sociedades, é fato, igualmente, que romper com eventuais legados do autoritarismo desses regimes de exceção não tem sido uma tarefa fácil de ser enfrentada pelas novas democracias na região. Assim, a superação das heranças autoritárias segue sendo um desafio comum aos países do Cone Sul e da América Latina em geral.

Não por acaso, enquanto nos últimos anos é possível ver o fortalecimento da causa dos direitos humanos em alguns países, tendo sido instaladas Comissões da Verdade, concedidas reparações (pecuniárias e simbólicas) às vítimas da repressão e levados a julgamento os responsáveis pelas violações praticadas por esses regimes, vemos, por outro lado, as dificuldades que persistem, em outros casos, para tratar das demandas por memória, verdade e justiça, bem como para aperfeiçoar práticas e instituições democráticas.

Questionar “O que resta das ditaduras?”, nesse sentido, mais do que um incentivo à reflexão a respeito do passado recente de países como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile, que passaram por ditaduras civis-militares alinhadas aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), torna-se um ponto de partida interessante para a formulação de

---

<sup>1</sup> Professor do PPG em Ciência Política da UFRGS. E-mail: [carlos.arturi@ufrgs.br](mailto:carlos.arturi@ufrgs.br).

<sup>2</sup> Mestre em Ciência Política (UFPR). Consultora do PNUD na Comissão da Anistia / Ministério da Justiça. E-mail: [camila.nusp@gmail.com](mailto:camila.nusp@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência Política (UFRGS). E-mail: [galloadv@gmail.com](mailto:galloadv@gmail.com).

análises focadas no presente, estabelecendo pontos de conexão entre os acontecimentos que se seguiram às transições à democracia e o cenário político atual. Nesse sentido, os artigos publicados dão conta desse desejo de reflexão sobre o presente, tendo em vista as questões históricas do passado. Afinal, a reivindicação pela construção da memória passa, exatamente, pela certeza de que a construção democrática plena nos países da região precisa antes superar os legados desse passado autoritário.

Contando com o apoio institucional da ALACIP Jovem, a proposta de dossiê temático, que agora chega aos leitores e às leitoras da RECP, foi bem acolhida. Além de textos para outras seções da revista, foram submetidos 22 artigos exclusivamente para o dossiê, sendo os mesmos apresentados por pesquisadores de diversas Instituições de Ensino no país e no exterior.

Após rigorosa análise, sete trabalhos foram aprovados para serem publicados. De acordo com nossa proposta inicial, alguns dos artigos aqui publicados enfocam as questões do passado, como a atuação militar e a atuação da Igreja Católica durante as ditaduras civis-militares. Outros artigos buscam compreender as heranças autoritárias, como no caso da política de guerra às drogas empreendida pela polícia brasileira. Enquanto outros, ainda, se preocupam em perceber as mudanças, continuidades e diferenças institucionais existentes na atualidade. Tal é o caso do estudo sobre o julgamento das Cortes Supremas, a respeito das violações de direitos humanos praticadas durante as ditaduras no Brasil e na Argentina, do trabalho sobre o desempenho de partidos políticos herdeiros do regime autoritário, assim como o da análise sobre a atuação e perfil do Ministério da Defesa brasileiro.

Avançando as análises, que a partir dos anos de 1970 foram responsáveis pela consolidação de uma agenda de pesquisas em torno das transições dos regimes autoritários, os estudos que compõem o dossiê demonstram as diversas possibilidades de recorte temático que o tema permite atualmente. Num outro sentido, todos os artigos aprovados de algum modo respondem o que resta das ditaduras no presente, fornecendo pistas a respeito de como, onde e por qual razão este fenômeno ocorre.

Agradecendo a oportunidade de organizar o Dossiê, fazemos, finalmente, um agradecimento especial aos pareceristas que ajudaram com a avaliação dos artigos recebidos.

Uma boa leitura!